

“Saímos de uma situação na qual o Estado não tinha nenhuma responsabilidade para ser desbravador. Agora, é quem abre a porta para todas as manifestações culturais.”

Entrevista realizada por Fabio Maleronka Ferron no dia 28 de setembro de 2010, em São Paulo

Nascido João Luiz Silva Ferreira, na Bahia, pouca gente o chama assim. Juca Ferreira já foi Candeias, codinome de militante político contra a ditadura, e também usou o nome falso de Francisco Xavier, no exílio da Suécia. Começou na política do movimento estudantil. Foi eleito presidente da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubes) em 1968, ao mesmo tempo em que o AI-5 era lido nas rádios. “Os primeiros meses do AI-5 foram tempos difíceis, muita gente presa, muita repressão.”

O militante Juca Ferreira era contra a luta armada. Mesmo assim, seu engajamento no MR-8 o levou à prisão. Quando saiu, ajudou levar companheiros procurados pelo governo militar brasileiro para o Chile. No exílio, formou-se em sociologia pela Universidade Paris 1. Em seu retorno, aproximou-se do movimento ambiental, foi vereador e secretário do Meio Ambiente em Salvador pelo Partido Verde.

Nesta entrevista, Juca revela que Gilberto Gil já havia sido convidado para ser ministro por Fernando Henrique Cardoso. Tempos depois, Juca foi chamado por Gil para ser secretário-executivo do Ministério da Cultura no governo Lula. “Gil foi um acerto enorme.” Juca substituiu Gil como titular a partir de agosto de 2008, e encampou políticas e visões iniciadas com o colega, ampliou o debate sobre a reformulação da Lei Rouanet e conseguiu a aprovação do Vale Cultura. “É preciso que a economia da cultura se torne pungente no Brasil. E não só no mercado brasileiro, mas no mercado internacional.”

Em 1968, você virou presidente da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubes) no mesmo dia que foi decretado o AI-5 pela ditadura. Como foi isso?

Eu era estudante secundarista, tinha saído do colégio militar, era uma pessoa crítica, lia muito, tinha uma perspectiva de esquerda e minha família tinha um engajamento político. O Centro Popular de Cultura fazia algumas reuniões lá em casa. Iam muitos artistas e pessoas ligadas ao programa de alfabetização do Paulo Freire. Eu até gostava do colégio militar onde eu estudava, mas era um conflito, porque ele era muito característico daquele momento que vivíamos. Eu era bom em matemática, física, geometria descritiva. Lembro que os professores se orgulhavam que o problema de descritiva que a gente estudava só era ensinado no segundo ano de engenharia. Mas as áreas de ciências humanas eram fracas, não havia um ambiente favorável para o desenvolvimento da compreensão crítica do mundo. Então, fui para a escola pública mais importante de lá, o Colégio Central [*Colégio Estadual da Bahia*], onde estudavam várias pessoas, o Glauber Rocha, tinha um ambiente de cul-

tura muito forte e que já estava retomando a vida cultural. Em 1966, o grupo de teatro do colégio produziu uma peça que foi proibida [*Aventuras e Desventuras de um Estudante, de Carlos Sarno*]. Foi um salseiro em Salvador, foi a retomada do movimento estudantil. A escola tinha uma vida cultural grande. Lá, organizei um grupo cultural de estudos e debates que foi funcionando e crescendo em audiência. Era um ambiente muito favorável. Havia pessoas pensando, grupos marxistas de todas as tendências. O nosso grupo entrou com um viés cultural, discutindo filosofia. O primeiro evento que organizamos foi sobre o pensamento de Jean-Paul Sartre. Depois a contribuição da sociologia para o pensamento crítico, Antonio Gramsci, Freud. As discussões despertavam um interesse enorme e a gente ia buscar professores nas universidades – como Perseu Abramo e João Ubaldo – e na própria escola, porque havia um bom plantel de docentes. Com isso, comecei a me tornar conhecido, eu tinha um bom nível cultural, sempre li muito e minha casa era um ambiente de muita reflexão. Meu pai era engenheiro, mas era um intelectual, foi quem me entregou Caio Prado Júnior para ler naquele momento. E aí eu me filiei ao Partido Comunista, o Partidão, em 1967, mas um mês depois eu já estava inquieto porque a vida interna do partido era muito doutrinária e autoritária. Sua compreensão era muito distante de um Brasil que já estava surgindo, com uma cultura ligada ao rock'n'roll e todo aquele início de ruptura dos anos 60. O Partidão, apesar de ter muitos intelectuais como Jorge Salomão e Waly Salomão, que eram ligados a esse processo emergente, não assimilava isso. Quem fazia isso era somente uma parcela do Partidão, uma franja da esquerda que passava por fora dos partidos tradicionais. Rapidamente eu me identifiquei com isso. Eu também tinha amigos na Polop [*organização de esquerda chamada Política Operária*] que refletiam teorias daquele momento, pessoas que mais tarde vieram a formar as diversas organizações armadas. A minha entrada na política foi assim, fui direto para o miolo da discussão. Em 1967, é implantado mais um acordo MEC/USaid e a Bahia de 1968 tinha manifestação de manhã, de tarde e de noite. A proposta de reforma na educação no Brasil pelo MEC/USaid priorizava absolutamente o ensino formal, a preparação para o mercado de trabalho, enquanto todo lado humanista era subestimado e cerceado. A proposta era reorganizar a estrutura de ensino, voltado principalmente para as escolas técnicas. Isso gerou uma inquietação social. Os pobres viam na educação a possibilidade de ascensão social, mas quando eles perceberam que a reforma ia consolidar a estratificação – eles ficariam mesmo no andar de baixo da sociedade – as manifestações aumentaram. Lembro que a revolta era tão grande que havia radicalização. Uma vez um grupo jogou

uma máquina de escrever de cima do prédio em direção à polícia. Imagina se isso acerta a cabeça de um soldado? Mataria. Aquele momento abriu uma demanda de liderança, pessoas que pudessem falar para aquelas pessoas que não eram do movimento estudantil. Eu tinha uma característica complicada porque eu era muito tímido – ainda sou, mas disfarço bem hoje em dia. Mas eu tinha facilidade de verbalização, nível cultural razoável e sentava na metade da sala, ou seja, era amigo da turma mais rebelde. Quando eu ia discursar, tinha dificuldade com a timidez. Precisava soltar piada e brincar com o pessoal. E isso era a cara daquele momento, a inquietação social e o humor.

Foi assim que você foi eleito presidente da Ubes?

A minha ideia era fazer um grupo cultural para dar minha contribuição para aquele momento, mas rapidamente eu fui guindado para falar diante de 10 mil pessoas. Falava em nome do movimento secundarista. E junto com os maiores líderes do movimento estudantil da época: Marcelo Cordeiro, Eduardo Safira. Eles eram os caras mais conhecidos e representavam algo já constituído, enquanto eu ainda era aquele cara que estava chegando dos secundaristas. No dia do Ato Institucional Nº 5, nós estávamos em um Congresso da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas e a gente constatou que a grande maioria do movimento secundarista no Brasil era mais à esquerda do que o Partidão, mais à esquerda do que a Ação Popular (AP), do que o PCdoB e do que as organizações tradicionais. Rapidamente nos descobrimos maioria, mesmo sendo fragmentados e sem grandes articulações nacionais. Então, encabecei uma chapa que articulamos. E a essa altura eu começava a não ser mais só um descontente. Estava virando um dissidente do Partidão, já não aceitava as teses oficiais do 6º Congresso do Partido Comunista. Estávamos formulando novas ideias muito influenciadas por Cuba e por toda essa agitação cultural, com tropicalismo e coisas do gênero. Durante a apuração da eleição da Ubes, já se ouvia no rádio a leitura do AI-5. Faltavam poucos votos para terminar a apuração e eu cheguei para os organizadores do PCdoB e da AP e disse: “Os votos são meus, vamos finalizar”. Ele respondeu: “É, mas precisamos contar”. E eles dissolveram a reunião na intenção de não consolidar a perda da instituição. Fui eleito assim, enquanto a rádio dava o AI-5, que foi a radicalização da ditadura dentro da própria ditadura. Foi uma vitória política que não foi construída, refletiu mais aquele momento do que gerou uma nova construção. Os primeiros meses do AI-5 foram tempos difíceis, muita gente presa, muita repressão. Eu recuei para a luta interna, para escrever documentos e para participar de reuniões nacionais [*Juca deixou o PCB em 1968 com a*

dissidência da Bahia; passou a integrar, com outros militantes do Rio de Janeiro, o Movimento Revolucionário Oito de Outubro - MR-8]. Foi aí que começou a se articular uma esquerda brasileira.

Você foi para o exílio também. Como foi esse período e a sua graduação fora do Brasil?

É até difícil dizer isso, mas o exílio não foi ruim para mim. Depois do congresso da Ubes, eu passei a ser quadro da resistência ao regime militar. Na Bahia, a perspectiva não era fazer luta armada, inclusive eu defendia isso. A intenção era montar um trabalho político no campo e nas classes médias. Contudo, a partir do seqüestro do embaixador americano no Rio, a repressão chegou à Bahia. O nome de meu irmão mais velho – que não militava – foi denunciado como o ponto de contato com a organização do Rio. Ele foi preso e não disse que não era ele e, sim, eu o envolvido. Passou um ano preso. Mas fui localizado depois que um cara do interior confessou que era eu o procurado. Fui preso também, passei três meses e meio preso e fui solto perto do Natal. Lembro que eu estava na Festa do Bonfim e uma pessoa chegou até mim e disse: “Sua advogada disse para você sumir porque os militares vão vir aqui lhe prender”. Vi que era grave. Passei três meses trancado em um lugar e fui para o Rio de Janeiro. E lá eu disse que a luta armada era um erro, fui o primeiro a dizer isso dentro da organização. Já tinha também escrito alguns documentos. Em uma das cartas do Carlos Lamarca para a namorada dele, ele comenta isso: “Li o documento de Candeias, acho que está no caminho certo, mas é preciso aprofundar mais”. Candeias era o nome de guerra que eu escolhi em homenagem a um compositor de samba do Rio de Janeiro. Mas minha opinião não me impediu de participar de alguma maneira do processo. Fizeram cartazes de “procura-se” e aí fui viver a situação mais radical de clandestino. Se fosse preso eu seria eliminado ou barbaramente torturado como foram todos os outros. Vivi mais de um ano nessa situação. Alugava um quarto como estudante da Bahia. Vivi como clandestino, dei atendimento e assistência a uma base dos portuários. Aos finais de semana, eu ia para Belford Roxo e São João do Meriti dar assistência a essa base. Mas chegou o momento em que a esquerda armada começou a ser desbaratada e o que eu dizia contra a luta armada passou a ter audiência. Escrevi algumas coisas, mesmo banais para a época, mas comecei a ter certa influência política. Propus desmobilizar todos que estavam nos cartazes, todos os clandestinos, suspender ações armadas e migrar para um partido que voltasse a fazer trabalho político de resistência ao regime militar. E consegui ganhar a organização para isso. Fui para o

Chile, evidentemente como clandestino, discuti com os exilados a chamada primeira geração da organização. Houve uma reação porque eles estavam se preparando para voltar e continuar o que começaram. Foi uma reação muito radical, mas eles começaram a perceber que não era um desbunde como eles imaginaram, viram que era uma opressão política. Quando eu voltei, a gente foi desmobilizando, fui o último a sair porque eu era secretário político, tinha que dar o exemplo, tiramos todas aquelas pessoas que estavam naqueles cartazes. A maioria foi para o Chile. A ideia era desmobilizar para sair do cerco porque era inviável fazer frente a algo tão avassalador e que tinha um objetivo tão claro de extermínio. Depois, fui pela segunda vez ao Chile, mas ainda com uma perspectiva de voltar ao Brasil e fazer trabalho político no interior de São Paulo e na região do ABC. Alguns voltaram e começaram a ser presos. Então, vimos que o cerco era profundo. Quando veio o golpe no Chile, fui para a Suécia. Foi uma mudança radical para mim porque só aí que passei a ter tempo. Comecei a estudar profundamente a política. Li muita gente que eu nunca tinha lido e reconfigurei minha compreensão de muita coisa. Ao mesmo tempo, virei trabalhador braçal na Suécia: auxiliar de cozinha, guarda de trânsito, estivador, garçom, faxineiro, *baby sister*. E foi interessante. Aqui no Brasil, como classe média, a sociedade só se interessa pelo trabalho do pescoço para cima. E lá a sociedade só se interessava pelo meu trabalho do pescoço para baixo (*risos*). Mas juntei as duas partes. Eu lia muito, recuperei o meu tempo perdido. E, naquele momento, estavam emergindo os punks e eu ficava revoltado quando eles diziam: “Jogue fora seus livros e discos dos Rolling Stones e dos Beatles porque eles aburguesaram, faça seu som na garagem porque pior que seja é melhor que o som destes burgueses”. Emergiram o movimento de mulheres, movimento homossexual, a questão ambiental também. Era a fragmentação de um programa político por afinidades e a gente lidava com tudo. Penso que isso constituiu uma espécie de lastro para a minha migração política, que eu já fazia pelos meus estudos, mas também pela possibilidade de viver em uma sociedade cujas ideias circulavam livremente. Havia acesso ao pensamento mundial. A programação cultural tinha muita coisa boa, e me interessei por ópera e muita música.

Sua militância no movimento ambiental começa por influência do exílio?

A cultura dos escandinavos é muito ligada à natureza. Lênin chamava os comunistas escandinavos de folclóricos porque eles eram diferentes, eles sempre foram preocupados com isso. Lá a organização de observadores de passarinhos, por exemplo, é uma organização de massa. Muita gente gosta

de observar pássaros, passear na floresta, cuidar da natureza. Estocolmo é o delta de um rio com várias ilhas, não cai uma gota de esgoto no rio, você pode pescar para comer o salmão que passa ali na volta da desova. É uma sociedade predisposta a isso, possui critérios ambientais. E eu cheguei com muitos problemas de saúde por causa de um ano e meio de clandestinidade, em um esquema *heavy metal* de sobreviver contra a repressão. Tive asma no Chile, tive problemas no estômago, no intestino, sinusite. E, na Suécia, fui morar em um coletivo de malucos alternativos. Um médico natureba, que migrou da alopatia, me disse: “Curo você todo em três meses”. Quando ele apertou meu joelho, eu fui ao inferno e voltei. Ele falou: “Isso é estômago”. Até brinquei com ele: “Mas o estômago já está aí no joelho?” (*risos*). Ele me explicou aquela teoria dos meridianos e me deu literatura sobre o tema. Fui convivendo com os alternativos. Três meses e meio depois eu já fazia regime radical, tomava chá de chuchu todo dia. E estava novinho em folha, já trabalhando em um hospital como auxiliar de cozinha e lendo muito. Eu resolvi ler a bibliografia sobre a alienação do trabalho. Peguei toda literatura sobre isso. E a Suécia me fez revisitar culturalmente e politicamente o Brasil. Todo exilado não para de fazer revisão da derrota. Era inacreditável a consolidação da ditadura no Brasil em 1973, ao mesmo tempo começávamos a entender o desenvolvimento capitalista.

Como foi sua formação de sociologia no exílio? Como retorna para a Bahia e chega até a fundação Ondazul, criada pelo Gilberto Gil?

No Chile eu me dediquei pouco à formação porque eu ia voltar para o Brasil e eu não tinha a ideia de recompor a minha vida estudantil, mas fiz algumas coisas. Fui aluno de Ruy Mauro Marini no curso de economia da Universidade do Chile. Eu me mexia pouco lá para não me tornar conhecido entre os exilados porque eu estava com uma perspectiva de volta. Já na Suécia foi a mudança. Cheguei lá com nome clandestino de Francisco Xavier de Almeida. Fiz curso de sueco, entrei na universidade, a minha perspectiva era ensinar português. Inscrevi-me no curso de cultura latina e especialização em português. Fiz dois anos e meio. Quando vi que a anistia ia sair eu me reciclei, porque aí não era mais me preparar para me integrar à sociedade sueca. Fui para a França, me inscrevi em um instituto da Universidade de Paris e me formei em sociologia do desenvolvimento. Quando saiu a anistia eu fui para a Suécia, trabalhei um pouco para juntar dinheiro e voltei para a Bahia. Comecei a trabalhar na Fundação Cultural do Estado da Bahia, fui assessor dois anos e meio, no Projeto Axé [*destinado ao atendimento de meninas e meninos de rua*]. Ajudei a montar a pedagogia do projeto com a parte cultural. Fiz um monte de trabalhos e

consultorias. Também me candidatei e fui vereador pelo Partido Verde por dois mandatos. Quando eu vim para o ministério, eu era vereador, tive que me licenciar. Também dirigi uma fundação que o Gil havia criado, a Fundação Ondazul, um grupo ambientalista. Participei de muitos movimentos ambientalistas, o mais interessante foi o SOS na Chapada da Diamantina, que só com delegados fez congresso para 300 pessoas. Era impressionante. Havia professores, alunos, lavradores, sindicalistas, prefeitos, empresários, todo mundo participava. Participei de outros: contra a extração irresponsável de urânio em Catité (BA), a favor do Rio Almada perto de Ilhéus, entre outros. Fui virando um militante razoavelmente conhecido pelo movimento ambientalista na Bahia. Acabei secretário de meio ambiente de Salvador. E por aí vai.

Quando e como você soube que Gil foi convidado a ser ministro?

Ele me disse. Ele já tinha sido convidado por Fernando Henrique Cardoso. Eu tinha vindo aqui conversar com ele e com Fernando Henrique. Foi uma reunião lá no Palácio da Alvorada. Fernando Henrique é bem falante, brincalhão, gozou o Gil porque havia convidado o Gil para uma reunião de grandes personalidades do mundo da língua portuguesa e ele estava em uma fase de alimentação radical com macrobióticos. Gil tirou do bolso umas bolinhas laminadas e era um banquete de bolinho de arroz integral. Ele comia com a mão. É o lado alternativo de Gil. A conversa foi boa com Fernando Henrique, mas não avançou porque Gil fez exigências para aceitar e uma delas é que ele nomearia os superintendentes regionais do Ibama. Aí não teve condição. Mas a relação dele com o Fernando Henrique era muito boa, havia facilidade de trato. Depois, Gil foi convidado por Lula em novembro, mais ou menos. Lula já tinha vencido a eleição, estava escolhendo a equipe. Não me lembro da data exata, mas Gil me chamou para vir com ele. Aquilo era uma mudança grande para mim também. Demorei algum tempo para aceitar, e Gil foi insistindo. Até que eu consegui reverter meus planos pessoais e topei. Ele me chamou para ser o secretário-executivo.

Qual o diagnóstico do Ministério da Cultura que você encontra?

Primeiro a fragilidade do Estado brasileiro. Era uma casquinha de ovo, tinha sido muito fragilizado. A grande contribuição do neoliberalismo foi o enfraquecimento do Estado. O ministério não tinha relação com nada relevante no mundo da cultura. Nem sob o ponto de vista da economia, nem sobre a inclusão das pessoas de acesso à cultura, nem sob o ponto de vista de desenvolvimento dos processos mais fundamentais. Pelo contrário, 80% do dinhei-

ro do ministério ia para renúncia fiscal e quem definia os seus usos eram os departamentos de marketing das empresas privadas. O ministério era quase nada, o menor orçamento da República e não tinha nem noção de política pública. O Estado não se sentia responsável de cumprir certas funções. Os primeiros meses foram a consciência de que tínhamos que ser arautos de um novo período, fundadores de um novo processo. O Gil falou com toda sinceridade em uma das primeiras reuniões internas: “Eu não sei o que é política pública, vocês vão ter que me dizer. Eu sinto que o Estado tem que definir sua ação”. Disse isso e nos obrigou a aprofundar o conceito, como é que se define o Estado, ações, programas, políticas. Qual é o papel do Estado? Até onde ele deve ir? Onde ele não deve ir? Isso tudo foi muito amadurecido. Os que são contra esse trabalho do ministério – e se beneficiaram da situação anterior de dinheiro disponibilizado sem critério – vêm para cima dizendo que isso é dirigismo. O projeto não é dirigista, sufocante da iniciativa privada ou a sociedade. Pelo contrário, é empoderamento da sociedade e das empresas culturais, é desenvolvimento do acesso pleno à cultura e da economia da cultura.

Qual a influência da diversidade no balanço dos oito anos da gestão Lula?

Essa foi uma grande contribuição do ministério. Muitos tinham a idéia de que o que é relevante na cultura brasileira já está no Rio ou em São Paulo. Não conseguiam compreender a complexidade de uma formação brasileira, a necessidade de se relacionar com essa diversidade cultural – com matrizes nos povos indígenas, nos povos africanos, nos portugueses e em uma gama muito grande de imigrantes que vieram formar a sociedade brasileira desde o século 19. São italianos, libaneses, japoneses, eslavos, ucranianos, todos fazem parte do Brasil hoje. Paulo Leminski, por exemplo, já vem dessa integração de eslavos com brasileiros. Parte do Brasil hoje já é resultado dessas novas influências. O Brasil se tornou muito complexo. Evoluiu com singularidade, com identidade e com personalidade. Dou o exemplo da música. Não existe um gênero musical que traduza o Brasil inteiro, apesar de admitir que o samba é o que mais nos representa. Foi pensando assim que nós começamos então a insistir nesse ponto da diversidade, porque muitos privilégios foram constituídos ao longo do tempo. Cerca de 80% do dinheiro do ministério ia para Rio e São Paulo; e, desse valor, 60% ia para as capitais fluminense e paulista; e 3% dos proponentes ficavam com mais da metade do dinheiro do ministério. Isso é um escândalo, um estrangulamento, isso é matar no nascedouro qualquer nova possibilidade cultural. Quando quisemos revitalizar o cinema brasileiro, houve uma luta para que o dinheiro não ficasse só no Rio e em São

Paulo. Nós precisamos mostrar que era necessário abrir. Nos primeiros meses de governo, houve um dia bonito, quando fizemos uma reunião no Teatro do Leblon. O teatro estava cheio, dava para pedir autógrafa para mais da metade do público – era tudo gente fina, artista consagrado e conhecido, muitos populares nas novelas. Gil disse assim: “Vocês vão ter que se acostumar com a ideia porque eu vou dividir esse dinheiro com o Brasil inteiro, não se justifica que 80% do dinheiro fique em dois estados”. Então, lá atrás na plateia, um rapaz levantou o dedo e disse: “Ministro, não diga mais que 80% do dinheiro fica no Rio e São Paulo porque eu dirijo o maior complexo cultural na Baixada Fluminense e a gente nunca viu um tostão do Ministério da Cultura. O processo de concentração nesses dois estados também é muito grande”. Isso nos deu uma clareza de que a mudança era fundamental. Precisamos nos relacionar com todas as formas de cultura, todas as manifestações, matrizes, singularidades, linguagens. O corpo simbólico brasileiro é maior do que o que tradicionalmente se chama de arte. É preciso considerar tudo: moda, design, valores, manifestações tradicionais. Essa lucidez inicial de alargar o conceito de cultura e de assumir a diversidade brasileira foi o que possibilitou toda generosidade posterior. Quando fomos pensar, o conceito de política pública já estava consolidado. Nós trataríamos com a mesma relevância tanto as manifestações culturais do Piauí, Pará, Rondônia, Acre, quanto do Rio, de São Paulo, da Bahia, de Minas, de Pernambuco, de Goiás. Hoje eu vejo campanhas publicitárias falando dessa diversidade cultural, tornou-se algo visível no Brasil, é motivo de orgulho. Isso é uma pequena contribuição que demos. E não que fomos os primeiros, mas era o contraponto à consolidação de um Brasil hierarquizado. A gestão do Ministério da Cultura escancarou. Abrimos todas as portas, nós viemos para escancarar isso.

O Plano Nacional de Cultura é uma forma de institucionalizar isso?

Não só. Tudo que a gente tem feito. Os editais têm disponibilizado dinheiro para todo mundo. Quando começamos a abrir a política de cinema foi uma chiadeira enorme, tentaram inventar uma teoria econômica de que o cinema precisa de uma infraestrutura. É claro que precisa, é óbvio. Mas, diga-se de passagem, precisa cada vez menos. O cinema brasileiro nunca será gravado em grandes estúdios como é o cinema americano. O brasileiro se aproximará mais de outros modelos. Mas, mesmo considerando essa necessidade de concentração tecnológica, a criatividade precisa ser nacional, precisa refletir Pernambuco, Rio Grande do Sul, Bahia, Minas Gerais. Essa ideia teve muitas resistências, algumas bastante violentas. Gil foi um acerto enorme, é um grande

artista popular, reconhecido e querido pela população brasileira, usou todo o seu capital simbólico para ofertar essa mudança. E no começo era um momento de botar todas as fichas nessa mudança de conceito. Saímos de uma situação na qual o Estado não tinha nenhuma responsabilidade para ser desbravador. Agora, é quem tem aberto a porta para todas as manifestações e matrizes.

Quais os dias mais difíceis nesses oito anos?

O início é mais difícil porque o Estado é muito frágil. As possibilidades de desvio de dinheiro público são muito grandes. E lidar com dinheiro sem critério é porta aberta para malandragem. A cultura política é muito complicada. Aliás, em oito anos não tivemos nenhuma crise no Ministério da Cultura, porque somos republicanos, tratamos a questão pública com uma responsabilidade muito grande. Os erros advêm da tentativa de acertar. O que fizemos aqui não foi para fortalecimento de partido político. Pelo contrário. Tivemos uma batalha enorme para mostrar que a coisa mais avançada é o partido servir ao interesse público e não o inverso. É uma mudança de paradigma político e dá um trabalho enorme. Tivemos que separar o joio do trigo, não há possibilidade de misturar grandeza com miudeza. Ou seja, quem quer pegar dinheiro público para se beneficiar com estas coisas não pode fazer parte dessa experiência. Isso também foi duro, tivemos que cortar na carne várias vezes. Todas as denúncias que foram feitas por algum proponente foram repassadas imediatamente para a Polícia Federal e para o Controladoria Geral da União (CGU). Isso não significava uma adesão à acusação, mas uma possibilidade de investigação e até uma possibilidade de liberar a pessoa que estava sendo acusada para que não ficasse em suspeição sem consequência. Isso tem servido como paradigma. Construímos isso em cima de um programa político e de uma postura. Estamos muito além da média no grau de compromisso republicano com a coisa pública. Isso foi fundamental para o acerto do ministério porque não tem como nos envolver em baixarias na relação com a coisa pública, somos absolutamente rigorosos nesse aspecto. Muita gente fala: “Ah, o Juca se dedica muito”. Eu acompanho sim, porque quero dormir em paz, quero olhar no olho do meu filho, quero voltar para a Bahia com credibilidade. Eu disse ao Gil no dia que eu aceitei: “A única coisa que eu acumulei é a minha credibilidade pessoal e para onde eu for e eu quero levá-la”. Ele olhou no meu olho e disse: “E você pensa que eu estou te chamando por quê?”. Ali houve um pacto de que nós faríamos a coisa da maneira mais absolutamente certa. Isso permitiu que o ministério tenha conduzido esse período todo, tanto no período do Gil, como no meu, com a mais absoluta tranquilidade em relação a isso,

mesmo sabendo que não estamos imune. É importante dizer isso. Ninguém está imune a desvios de conduta, mas quando não existe anuência, quando o corpo avalia suas posturas, você se livra de 90% das suas possibilidades de um desvio de recurso ou de uso da coisa pública para interesse privado. Também não vejo a presença da CGU dentro do ministério como um problema. Pelo contrário, dá tranquilidade. As pessoas que fazem esse trabalho de garantir a lisura dos processos são a minha garantia.

Como você vê a cultura nesse novo cenário geopolítico do Brasil?

A mudança de grandeza do Brasil no mundo terá várias consequências. E será preciso uma visão estratégica. Esse crescimento, para ser sustentado em longo prazo, tem que garantir uma educação de qualidade para todos, acesso pleno à cultura – tanto no manejo de tecnologia como na compreensão do mundo – e o fortalecimento da coesão social. Existem sociedades e países que até determinado momento de sua história eram parecidos com o Brasil: mestiços, plurais, convivência pacífica, mas uma injeção externa de intriga gerou um problema. O Líbano é um bom exemplo: tinha tradição de convivência pacífica entre uma diversidade de mulçumanos, católicos, maronitas, tanto cultural como religiosamente era uma diversidade enorme. Foi bombardeado e isso quase leva à insolvência da nação. No Brasil, as desigualdades precisam ter uma resolução definitiva, assim como o preconceitos, a discriminação e toda essa complexidade cultural. A gente tem que estimular cada vez mais o diálogo intercultural e o fortalecimento destes vínculos. Nós temos essa possibilidade e o Brasil é um país que não vive uma democracia racial e cultural, mas pode realizar isso plenamente. Por que lá na frente talvez a gente necessite disso mais do que hoje. Outra coisa: não há possibilidade de garantir um Brasil grande e bem sucedido na base de uma economia de *commodities*. Isso tem data de validade. O Brasil precisa migrar para uma economia de valor agregado. O mundo está demandando e existe a curiosidade em relação à cultura brasileira. Nós temos uma imagem muito boa no mundo, as pesquisas indicam que é uma das melhores imagens no mundo. A nossa cultura desperta interesse, tem singularidade, demonstramos na formação do Brasil uma capacidade de superar certos limites. O Brasil tem conquistas, tem riquezas acumuladas e temos que ter orgulho disso. Precisamos produzir culturalmente. Nós temos que montar uma indústria cultural sólida. Em termos econômicos, ela tem a mesma importância que tem os *commodities*, que os setores industriais e de serviços tradicionais.

E a virada do Brasil para o mundo? Para o Oceano Pacífico, para a América do Sul e para os Brics?

Existe uma discussão nesse momento para buscar avaliar até que ponto o governo Lula é continuidade do governo FHC ou até que ponto ele contribuiu. Foi uma lucidez e uma grandeza ter incorporado o que havia de positivo na experiência anterior: a administração da moeda, o combate à inflação, a estabilidade financeira para que o Brasil possa pensar um projeto de médio e longo prazo. Foi importante o presidente Lula ter compreendido isso. Agora, Lula agregou uma série de elementos irreversíveis no projeto de desenvolvimento do país. A inclusão social e econômica de milhões de brasileiros foi feita não só por solidariedade, mas também porque precisamos de consumidores. O Brasil não pode ter um mercado do tamanho do mercado da Inglaterra, que é uma ilha pequena do Mar do Norte. O mercado brasileiro precisa ter o tamanho da nação brasileira. O que o governo Lula fez ao incorporar os brasileiros na economia é estratégico. Foi o que segurou o Brasil na hora que a crise bateu nas nossas costas. A inclusão ainda é precária, é preciso consolidar de fato: abrir a economia, garantir acesso educacional a todos, superar as amarras de se basear apenas no agronegócio, é preciso diversificar para além da metalurgia tradicional, da indústria automobilística. É preciso ter um pensamento estratégico, e a economia cultural e criativa é importante. Essa é a segunda economia nos EUA desde meados do século passado. É a terceira economia inglesa. Não estamos inventando nada, só precisamos entrar em uma escala de economia de valor agregado que até hoje está em segundo plano. E não nasce de geração espontânea. Nos EUA, foi fruto de uma ação pactuada entre o Estado, os empresários e os criadores. A gente precisa entrar nessa também. Os que ficam defendendo seus privilegios desde a década de 70 fazem uma cena medíocre. Não resistirão ao impulso do capital internacional, porque já se percebeu que o mercado brasileiro é significativo e a economia brasileira tende a crescer por duas décadas. É preciso que os agentes econômicos nacionais e a elite brasileira operem o Brasil com grandeza e não apenas como escravo do passado. E existem vários desafios a enfrentar. Um deles é o da cultura. É preciso que a economia da cultura se torne uma economia pungente no Brasil, não só no mercado brasileiro, mas no mercado internacional.

Já existe uma mudança de consciência do empresariado?

Existe. A gente quando pensa nesses limites ideológicos, a gente pensa na esquerda, mas o empresariado também tem, a direita também tem. Eu estava em um evento na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp)

e o presidente da federação, Paulo Skaf, me chamou para tomar um café na sala dele. Quando cheguei, havia uns 30 empresários brasileiros, eles estavam acertando alguma coisa e não pararam de conversar após minha entrada. Eles exercitavam o esporte de falar mal do presidente Lula. Fiquei constrangido, quieto, mas ali pensando comigo mesmo que era boa oportunidade de entrar na conversa. Quando a atenção se voltou para mim, eu disse: “Sou doido para fazer uma pergunta. Vocês nunca ganharam tanto dinheiro como no governo Lula e por que existe tanta dificuldade em aceitar?”. Eles foram obrigados a dizer que é o período mais promissor que já viveram e não conseguiram me explicar porque o presidente Lula deu uma contribuição irreversível para o desenvolvimento brasileiro, inclusive beneficiando os mais pobres e as elites. É importante superar estes preconceitos e limites. Esse Brasil que está surgindo não possui expressão satisfatória na mídia. Se eu não conhecesse o Brasil, chegasse do exterior e lesse os jornais e revistas semanais, eu sairia correndo. Nem desarrumaria a minha mala. A impressão é que o país está à beira da insolvência, da ditadura, de uma experiência stalinista. Na verdade, isso é uma reconstrução da realidade. Essa fissura não é boa. Precisamos da compreensão do país real. Como diz o presidente Lula, vivemos um momento mágico, recuperamos a autoestima, a crença no futuro. O Brasil está andando. Evidentemente que ainda existem um milhão de mazelas, mas elas podem e devem ter um enfrentamento pactuado pela sociedade. Esse é o papel da democracia. A democracia é o exercício do dissenso, mas, ao mesmo tempo, é a construção da base consensual que permite a evolução pacífica. Vivemos um momento no qual ainda não temos a cultura democrática que precisamos, mas já estamos construindo uma realidade infinitamente melhor.

Para assistir essa entrevista em vídeo:

<http://www.producaocultural.org.br/slider/juca-ferreira/>